

SESSÕES DO PLENÁRIO

69ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de agosto de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(61)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Luciano Ribeiro comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 03/08/2016.

Do Deputado Euclides Fernandes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 02/08/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputada Fátima Nunes, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente; Srs. Deputados e Deputadas; nossas Galerias Paulo Jackson que recebem os visitantes que participarão, com certeza, nesta tarde da sessão; saudar as nossas taquígrafas, que diariamente têm que fazer da mão um esforço para o ouvido e a coordenação motora o tempo inteiro; saudar todos os presentes aqui na sessão e fazer 2 registros importantes. Um registro da nossa cultura, da nossa arte, do nosso jeito próprio de ser brasileiro, brasileira, cidadã do sertão, da cidade de Cícero Dantas de Nossa Senhora do Bom Conselho, onde moro há 40 anos.

Nesta semana, quero registrar, homenagear e parabenizar todos os filhos e filhas daquela terra que fizeram uma bonita festa, a festa da padroeira da nossa cidade. É um momento de encontro das famílias, é um momento de alegria em receber os filhos ausentes. E tivemos, também, nesta semana a preocupação de, mesmo fazendo todos esses festejos – nós que somos da Igreja Católica, acreditamos na força do eterno – lembrar das condições climáticas que estamos vivendo, atravessando por um período de estiagem, de dificuldade muito grande para a nossa cidade.

Portanto, foi também uma semana de encontros para debater esse assunto de um inverno, de um tempo que, naturalmente, em outras épocas é um tempo bom, esperançoso, um tempo de colheita e neste ano estamos passando por um período de longa estiagem, o que já nos preocupa e nos leva a apresentar ao governo do Estado e a outros órgãos federais, também, a preocupação com a política, naturalmente, de emergência quando acontecem esses períodos de estiagem.

É bem verdade que pelas chuvas volumosas que caíram em alguns momentos, nós temos a água nos tanques, nas cisternas e em algumas pequenas barragens. Mas o plantio, que é o que garante a economia local do sertão, praticamente neste ano, deputado Fábio Souto, já sentimos a falta neste momento. Apesar de ter água acumulada, o plantio está totalmente prejudicado.

Precisamos muito do programa da garantia safra, no qual muitos se inscreveram e que, naturalmente, vão esperar esse fundo para pagar algumas despesas que precisam ser ressarcidas e também para a sobrevivência das famílias.

É por isso a nossa preocupação, e hoje temos aqui representantes da ASA - Articulação do Semiárido, do Consea, da ARCAS - Associação Regional de Convivência Apropriada ao Semiárido, da Cooperacaju, Coopercuc e de tantos outros movimentos sociais, que estão aqui para dialogar com os deputados, porque nesta Casa tramita um projeto que institui a política de convivência para o semiárido e que, naturalmente, em breve, espero que nesta semana ou na próxima a gente possa ter esse projeto em votação, porque a nossa Bahia, neste território tão amplo, dois terços dele estão exatamente no semiárido baiano, que convive com essas irregularidades de chuvas que, naturalmente, trazem prejuízos para a economia, a agricultura, a

pecuária, e não se tem outra forma de sobreviver se o Estado, enquanto instituição – seja o governo federal ou estadual – não contemplar os agricultores, os produtores, as economias locais com uma política de convivência permanente para o semiárido, onde vivem os homens e as mulheres corajosos e corajosas que fazem este nosso Nordeste tão alegre e tão feliz.

Era isso o que eu queria registrar neste momento, Sr. Presidente. Neste dia também vamos votar, aqui, 2 projetos importantes, que já aprovamos pela manhã nas Comissões Conjuntas e aguardamos a presença de todos os pares para colocá-los em votação.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Fábio Souto.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente Adolfo Menezes, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, volto a esta tribuna para falar novamente da questão do Centro de Convenções de Salvador. Para V.Ex^{as} terem uma ideia, deputado Luciano Ribeiro, a Bahia saiu do terceiro lugar em atração de eventos, seminários, simpósios, congressos, para o oitavo lugar. Num momento de dificuldade econômica, num momento de falta de empregos, a Bahia, pela falta de uma estrutura, de um centro de convenções adequado, sai de terceiro lugar para oitavo lugar. Hoje observamos várias declarações do *trade* turístico preocupado com essa situação.

O governo disse que vai fazer um centro de convenções novo, mas não começa. O governo inicia uma reforma no Centro de Convenções, que muitas pessoas ligadas ao *trade* têm a impressão de que não vai ser a reforma que a Bahia merece, a reforma que o Centro de Convenções, que aí está, precisa e necessita para receber grandes simpósios, seminários e outros eventos. Então, tem um ano e meio – desde que cheguei nesta Casa – deputado Adolfo, que coloco esta situação. Agora, com essa estatística, como eu falei antes, a Bahia saiu do terceiro para o oitavo lugar, em relação a atração de simpósios e congressos para o nosso Estado.

Imaginem só, meus amigos, o que representa isso em relação à geração de emprego no nosso Estado, e a atração de recurso para o nosso Estado.

Era isso que eu queria falar, e também aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, já que V.Ex^a é um presidente que defende a autonomia desta Casa, para chamar a atenção, aqui, de todos os deputados – do governo e da Oposição – em relação aos projetos dos deputados desta Casa, que foram aprovados e que o governador engavetou.

O governador tem a prerrogativa, deputado Carlos Geilson, de aprovar, sancionar o projeto ou vetar e mandá-lo para a Assembleia para que o veto seja novamente votado por esta Casa. Mas o governador não faz nada disso. Com isso, deputado Adolfo, esta Casa perde autonomia! Não é possível que aquela quantidade de projetos que aprovamos no final do ano, de quase todos os deputados, quase nenhum deles foi sancionado ou até vetado pelo governador. O governador tem 15 dias para fazer isto: ou vetar ou sancionar. E nós estamos aqui calados diante de uma

situação gravíssima como essa.

Então, eu já falei com o deputado Marcelo Nilo, chamo a atenção de V.Ex^a, que, efetivamente, tem que cobrar do governador Rui Costa que ele ou vete, ou mande, ou sancione os projetos de todos os deputados que foram aprovados nesta Casa.

Não podemos perder a nossa prerrogativa como deputados. Nós votamos os projetos aqui, mas infelizmente o que estamos observando é que o governo não quer dar continuidade a esses projetos tão importantes que foram votados, nesta Casa, de autoria de deputados.

Agradeço e chamo a atenção de todos: isto aqui não é um pronunciamento político; é uma coisa que trago a esta Casa como uma questão de autonomia de todos nós, de respeito do governo do Estado em relação a esta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Fábio Souto, V.Ex^a está coberto de razão: é vergonhoso o governador não fazer o seu papel. Infelizmente, sou só o vice-presidente. São tão poucos os projetos aprovados – pelo menos interessantes – por parte desta Assembleia, e o governador nem veta, nem sanciona.

Então é sem sentido o que está a acontecer.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, concursados da Polícia Técnica, do concurso de 2014, sejam muito bem-vindos a nossa Galeria. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, fui surpreendido, mais uma vez, nesta segunda-feira, com a manchete que trazia o *site Bocão News*. Foram 19 homicídios, Sr. Presidente, em Salvador e Região Metropolitana, no final de semana do Dia dos Pais. Mas este final de semana não foi diferente de tantos outros finais de semana que vêm acontecendo no Estado da Bahia e na Região Metropolitana de Salvador.

Temos aqui os concursados, os peritos do concurso de 2014, uma parte deles aprovados no concurso, treinados pela Academia de Polícia e prontos para desvendar esses homicídios que vêm acontecendo de maneira exacerbada no Estado da Bahia. Temos também outros concursados no concurso de 2014 aguardando o chamado do governo do Estado para fazer a Academia de Polícia.

Se o governador convocar e nomear todos os que já fizeram a Academia de Polícia e os que ainda estão na iminência de fazer, ainda assim teremos um número, Sr. Presidente, deficiente para atender as demandas do Estado da Bahia. Ou seja, deputado Carlos Geilson, apenas 8% dos homicídios praticados no Estado da Bahia são solucionados. Nós não temos outro caminho a não ser cobrar do governador do Estado a nomeação dos peritos e a convocação para aqueles que ainda não fizeram a Academia de Polícia. Ou então, deputado Gika, nós admitiremos, aqui, que aceitamos a impunidade para quem comete homicídios no Estado da Bahia.

Quando o deputado Fábio Souto ocupa esta Tribuna e diz que o governador do Estado tem sido omissos com relação aos projetos de lei que são aprovados nesta

Casa, eu pego carona no seu discurso e vou além: o governo do Estado da Bahia está sendo omissivo também com a questão da Segurança Pública do nosso Estado. Aprovamos em 2013 alguns concursados da Polícia Civil. Todos fizeram a Academia de Polícia, e só uma parte deles foram convocados.

Estamos sabendo que a real necessidade do Estado é de convocar e nomear tanto os peritos como os policiais civis e agentes penitenciários. Mas isso precisa ser uma prioridade para esse governo. Cuidar da segurança pública do Estado da Bahia precisa ser uma prioridade para o governo do Estado. As pessoas sabem que o governo do Estado alega que está no limite prudencial, mas nós sabemos que o governo do estado precisa fazer o dever de casa! Precisa enxugar a máquina pública! Precisa cortar os cargos dos apadrinhados políticos para dar vez a quem quer defender o Estado da Bahia, para dar vez a quem estudou, se preparou, fez a Academia de Polícia e agora quer servir ao nosso Estado!

Ou esta Casa Legislativa levanta a sua voz e mostra para o governo do Estado que estamos de olhos abertos, fiscalizando e exigindo mais segurança pública, ou seremos coniventes com a falta de segurança que reina no Estado da Bahia. Deputado Fábio Souto, estamos perdendo a luta contra o crime organizado. Sem peritos, aqueles que cometem homicídios continuam a cometer, porque nunca chega a vez de encontrar os verdadeiros criminosos. Se, a cada 100 homicídios, o nosso Estado só tem a capacidade de desvendar 8, aqueles que cometeram os outros 92 vão continuar a retirar a vida dos baianos.

Ou este Poder Legislativo levanta a sua voz e deixa de ficar agachado para o governador do Estado ou vamos continuar a ver trabalhadores e trabalhadoras, baianos e baianas, serem assassinados e terem a sua vida perdida diariamente.

Sr. Presidente, reafirmo o meu compromisso com a segurança pública do Estado da Bahia e digo a V.Ex^a que irei aqui lutar, todos os dias, para que a nomeação dos peritos aconteça o mais rápido possível.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

Na ausência, com a palavra, o deputado Luciano Ribeiro.

Na ausência, com a palavra, o deputado Bira Corôa.

Srs. Deputados, Requerimento.

(Lê) “Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei n^o 21.967/2016 e o Projeto de Lei n^o 21.943/2016.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2016”

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, no início do primeiro semestre, tivemos aqui alguns problemas com relação a essas convocações extraordinárias e gostaria de solicitar de V.Ex^a que conferisse se existem 21 assinaturas e se realmente o documento está devidamente adequado às regras do nosso Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo Viana, tudo dentro das regras, assinaturas suficientes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, faço uso da palavra para destacar que, na manhã de hoje, em uma sessão conjunta das comissões, tivemos uma grande aprovação, com a participação das Bancadas da Oposição e do Governo. Assim, um grande acordo foi firmado pela responsabilidade desta Casa em aprovar, por unanimidade, nas Comissões Conjuntas, 2 projetos de lei de autoria do Executivo. Um deles visa à correção salarial dos profissionais da educação e, sem dúvida nenhuma, é uma ação estratégica importante para a melhoria da qualidade da educação em nosso Estado; para garantir o compromisso que o governo do Estado, na pessoa do Governador Rui Costa, tem defendido: a priorização da educação da Bahia. Consequentemente, esta Casa, numa ação das Bancadas, reconhece a importância desse projeto-lei – e o aprova – que permite à Bahia equiparar-se ao piso nacional com uma ligeira correção, um pouco acima do piso nacional.

Lógico, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não é ainda o ideal, mas é a prova concreta que, mesmo durante um processo de crise social, econômica e política vivida pelo País, de crise de enfrentamento, de perda de receitas por parte do Estado, assim como também dos municípios, o Governo do Estado faz um gesto de compromisso com a categoria, garantindo uma correção que trará um acréscimo orçamentário no exercício dos anos de 2016 e 2017. Mas prioriza a categoria na responsabilidade dos avanços. E, assim, sem dúvida nenhuma, permite que os efeitos possam ser o desempenho em sala de aula para a melhoria da qualidade de ensino e para a valorização, acima de tudo, da educação do nosso Estado, visando o bem-estar dos nossos educandos.

Por isso fiz questão de fazer este destaque. Assim também é bom citar, Sr. Presidente, que o projeto-lei que ora será apreciado e aprovado, nesta Casa, é retroativo a maio – isso com ganho real, já que o projeto, na sua origem, trazia a partir do mês de abril. No processo discutido com setores organizados da categoria e, consequentemente, com o interesse do governo em atender, isso tem sido também reconhecido.

O outro projeto também aprovado já tramitava nesta Casa por um bom tempo. Ele regulamenta o uso e a valorização do solo nos parques industriais do nosso Estado, valorizando e beneficiando o investimento em Feira de Santana, Camaçari, Simões Filho, Jequié e em todos os municípios que têm parque industrial sob a coordenação da SUDIC.

Então, sem dúvida nenhuma, dois grandes projetos serão apreciados no dia de hoje. Faço votos para que todos os pares desta Casa firmem esse compromisso,

aprovando, de preferência por unanimidade, esses dois projetos. Que seja dada a tranquilidade à Bahia de avanços significativos na educação, com a satisfação, a autoestima do professor e dos coordenadores em sala de aula, no exercício das suas funções, como assim também para os pequenos e médios investidores no nosso Estado, para garantir que a Bahia é, sim, o estado promissor que tem respeito, valorização e compromisso com o desenvolvimento e com o empreendimento.

Por fim, Sr. Presidente, ainda utilizando um pouco do tempo que nos resta, quero parabenizar, mais uma vez, o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, em Camaçari. Com a Base dos partidos aliados, exatamente agora, ele está dando uma arrancada na campanha vitoriosa, elevando, mais uma vez, Luiz Caetano para prefeito do município de Camaçari.

Neste exato momento, tenho conhecimento – recebi ali nos *emails* – de que 8 bairros daquele município, sendo 4 na Orla e 4 na sede, fazem uma movimentação conjunta, deslocando-se para o Centro para fazer uma grande concentração e dizer que o PT tem, mais uma vez, um homem para conduzir o desenvolvimento de Camaçari. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vando):- Para usar a palavra, convoco o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, colegas da imprensa, amigos e amigas que nos visitam nesta tarde, pegando o gancho no que disse o deputado Adolfo Viana sobre a segurança pública no Estado da Bahia, observo que é uma realidade que a nossa segurança vai muito mal.

É óbvio, e eu não seria irresponsável em dizer que apenas neste governo é que há insegurança. É um fato que vem se arrastando há muito tempo, mas, também, há uma constatação de que justamente nos governos petistas a insegurança aumentou, a criminalidade aumentou. Os números atestam isso que nós estamos falando.

Para combater essa violência o governo precisa se estruturar. Mais policiais civis e militares, mais investimento em estrutura e aparelhamento para esse trabalho de combate ao crime e para o setor de investigação. E aí é que observamos que o governo falha. Claro que para tudo isso precisa de outras políticas, como, por exemplo, um investimento criterioso na educação. Não seria eu a dizer que segurança se faz apenas com homens e mulheres nas ruas com aramamento, com serviço de inteligência. Tem uma base, isso é importante que haja investimento na educação.

Mas quando os crimes acontecem, necessária se faz a atuação dos peritos, atuação da polícia técnica. E o governo Rui Costa falha e falha feio nesse quesito. Porque a última contratação, especialmente de peritos criminais, aconteceu em 2007. Pasmem, senhoras e senhores, que de 2007 para cá cerca de 38 peritos se aposentaram, foram exonerados, faleceram. Isso quer dizer que tem um *déficit* enorme. O concurso envolvendo peritos criminais, peritos técnicos, peritos médicos e peritos odontólogos já foi prorrogado por 2 anos. São 130 vagas e para peritos criminais 40 vagas. Todos estão aptos, já passaram por todas as etapas do concurso e o governo prometeu a contratação imediata.

Essas etapas foram vencidas justamente no mês de dezembro. Eles estão aptos a serem contratados desde o final de dezembro. Nós estamos no mês 8 de 2016, o concurso já foi prorrogado, em maio, por mais um ano, e será expirado em maio de 2017 e o governo não se pronuncia. Entendo uma coisa, há falta de recursos, mas para combater crimes tem que ter investimento. Para desvendar os crimes. E são várias fases de atuação dos peritos que estão deixando a desejar.

Ora, são 40 novos peritos que estão aptos, e 38 já se afastaram, se aposentaram, faleceram, foram exonerados. Como pode um Estado desta dimensão estar desde 2007 sem contratar, por exemplo, um perito técnico sequer? E tem 40, só nessa função, que estão aptos, sendo no total 130 vagas e 133 aptos para assumirem suas funções.

O governo Rui Costa brinca de fazer segurança pública. Precisa ser criterioso. Como desvendar os crimes, meu caro Itamar Ribeiro e Tasso Franco? Como fazer esse trabalho investigativo – e são várias as funções do perito criminal – se está faltando? Se o governo faz um concurso, investe na capacitação, na preparação desses peritos e não os contrata? Pelo amor de Deus, o governo não cumpre a palavra. Ele fala uma coisa e faz totalmente outra. Vão dizer que é a dificuldade financeira. O governo está se apegando nisso, nesse discurso da crise, para não cumprir com as suas funções precípua que são investir na segurança, na educação, na saúde, no saneamento básico, e nisso tem deixado a desejar.

A minha solidariedade e o meu apoio a todos os que estão aqui, ávidos, esperando que o governo cumpra com a palavra, contratando-os para exercerem as suas funções, funções essas, para as quais foram habilitados ao passarem através de concurso público.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vando):- Convido, para fazer uso da palavra, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, deputadas e deputados, membros das Galerias, inicialmente, quero saudar todos os presentes da APLB e dizer que nós, na semana passada, já iríamos votar majoritariamente a PEC do Magistério, mas foi pedido pela Oposição mais um tempinho para discutir. Ficamos muito felizes porque não houve nenhuma indicação de emenda, deputado Hildécio, e foi aprovado por unanimidade. Isso foi extremamente importante, porque quando há bons projetos aqui, a unanimidade desta Casa aprova e, certamente, teremos uma votação aqui.

De outra maneira quero também saudar os peritos e dizer aquilo que sempre digo a todos aqueles que aqui vieram: policiais civis, agentes penitenciários, peritos, deputado Adolfo, que nós temos que estimular o chamamento dos concursados porque, primeiro, a segurança precisa; segundo, o Departamento de Polícia Técnica assim necessita. (Palmas) Sem fazer nenhum tipo de demagogia aqui, porque não é o meu perfil. É dizer que causas suprapartidárias, os deputados da base do governo, realmente, debatem com o governador para viabilizar o chamamento seja através, deputada Maria del Carmen, de TACs com o TRT, seja através de análise, seja através

da necessidade, para que nós consigamos medidas eficazes de chamamento como aqui conseguimos o chamamento dos policiais civis.

Então, eu acho que a organização do movimento deveria procurar os deputados da Oposição e da base, e termos uma linha dorsal de argumentação que pudesse ser confortável em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que pudesse ser a justeza do pleito, que é o chamamento dos concursados para uma área delicada em que há a necessidade desses profissionais.

Eu quero aqui me solidarizar e dizer que, efetivamente, quero receber a comissão para que compreendamos, porque, do lado de cá, vemos algumas resistências para o chamamento dos concursados, em função do período e em função também da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então é preciso que nós tentemos que sejam recebidos pela Serin, pelo governador Rui Costa, porque eu acredito que o perito, o agente penitenciário, no concurso, devam ser chamados até para a segurança da própria população. É nisso que eu acredito. (Palmas)

Inclusive, quero aqui dizer que, ontem, tivemos aqui uma brilhante sessão especial com 12 deputados defendendo uma causa que como a de vocês é uma causa nobre: a defesa do setor filantrópico.

Não sei se vocês sabem que as santas casas e os hospitais filantrópicos passam por uma crise devido ao subfinanciamento federal, a falta de incentivos estaduais, municipais e federais também, por que não dizer, a inflação alta com a tabela do SUS congelada, fazendo com que sejam fechadas essas entidades filantrópicas que prestam serviço na área de saúde, a exemplo da área da oncologia, que é o tratamento do câncer, quase 90% está nos hospitais filantrópicos; na área da oftalmologia, quase 70%. Enfim, os hospitais filantrópicos e as santas casas são responsáveis, deputada Maria del Carmen, por mais de 50% de tudo que é prestado pelo SUS. O setor precisa de ajuda.

Quero saudar a vice-presidente, montamos uma frente com 23 deputados, a qual presido, e 12 deputados estiveram presentes. O deputado federal Antônio Brito; Maurício Dias, presidente da Federação das Santas Casas e Entidades Filantrópicas; tivemos a posse de vários conselheiros entre os quais alguns deputados desta Casa. Enfim, esta Casa era para se debruçar, exatamente, sobre as coisas que são importantes para a sociedade. Seja na educação, como foi o caso do projeto que vamos aprovar hoje; na segurança, valorizando os profissionais que prestam segurança; na saúde, identificando crises para tentar saldar. Esse é o mandato que acho que fazemos aqui, mandatos responsáveis. Claro que dialogando com o Executivo, deputado Vando, porque temos que ter a responsabilidade de defender aquilo que é defensável e buscar as saídas para que não fiquemos prometendo aquilo que não se pode cumprir.

Queria aproveitar este tempo e pedir ao deputado Luciano Ribeiro, que é membro da CCJ, que dê um parecer favorável ao projeto nº 21.306/2015, de nossa autoria, que cria uma lei exatamente identificando, deputada Maria del Carmen, quem tem incapacidade comprovada para pagamento de serviços públicos como água, esgoto e energia. Reza a Constituição da Bahia que, aqueles que forem incapazes,

devem ter prazos notificados antes de serem cortados esses serviços básicos que dão dignidade à pessoa humana. Como não há uma lei, com a devida vênia deputado, dizendo exatamente o que significa incapacidade financeira, até para resguardar aquilo que está na Constituição, isto é, instituições e pessoas físicas que não tenham capacidade financeira não podem ter serviços básicos interrompidos, como água, esgoto e energia.

Por isso criamos uma lei, que é esse projeto, e que peço a CCJ que possa votar o parecer favorável. Quero agradecer ao deputado Luciano Ribeiro que entendeu a necessidade dessa lei. Enfim, o projeto nº 21. 306 que cria uma lei exatamente estabelecendo normas das pessoas que têm essa incapacidade comprovada.

Muito obrigada pela sua tolerância. Categorias e servidores públicos, que sempre procuramos defender aqui, contem com o nosso mandato. (Palmas)
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vando):- Convidamos a nobre deputada Maria del Carmen para fazer uso da palavra.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, deputado Vando, que preside esta sessão, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Galeria, da APLB, peritos, concluintes do concurso de peritos, cumprimento e agradeço a presença de todos nesta tarde aqui na Assembleia. Esta questão que os senhores trazem é mais uma luta reivindicatória para a nomeação desses profissionais necessários, como bem disse aqui a deputada que me antecedeu, deputada Fabíola Mansur, e importantes para a segurança pública. Sabemos da sensibilidade do Sr. Governador para, dentro das possibilidades do Estado, buscar melhorar as condições cada vez mais da área da segurança pública como de outras categorias. Várias categorias tiveram intercessão desta Casa com debates profícuos e foram, de fato, chamadas e nomeadas. Esperamos que o governador possa, dentro das perspectivas e possibilidades do Estado, fazer também o chamamento desses profissionais que se prepararam.

Olhando para as galerias vemos quantos jovens aí estão e que se prepararam, se mobilizaram, fizeram concurso, foram aprovados e ficam agora na expectativa do dia desse chamamento. E que tristeza quando imaginamos e vemos na imprensa o que pode vir a acontecer com os concursos neste país em função da nova orientação colocada pelo governo provisório, esperamos que não se transforme em governo definitivo para este país, quando fala em congelar concursos. Essa é uma perspectiva muito ruim para a sociedade porque tem que chamar. Se não for através de concurso de que forma serão convocadas, essas e outras categorias?

Subo à tribuna nesta Casa, primeiro, para falar da sessão especial que fez a deputada Fabíola Mansur ontem em comemoração ao Dia Nacional das Santas Casas de Misericórdia, mas também da efetivação da nossa Frente Parlamentar em defesa das santas casas e das entidades filantrópicas.

Quero parabenizar a deputada Fabíola Mansur pela iniciativa, pelo brilhantismo da sessão especial que ontem foi aqui realizada, trazendo a população a esta Casa, que é do povo, trazendo o povo para dentro dela para debater, discutir e trazer as dificuldades. Esse é o objetivo da Frente Parlamentar. Temos criado várias

frentes parlamentares nesta Casa, é necessário que elas de fato defendam os interesses da sociedade, busquem as alternativas, os debates, as discussões, os encaminhamentos. Às vezes chamar a atenção para determinados pontos em que o próprio poder público ainda não conseguiu buscar essas soluções, e aqui foram apresentadas diversas sugestões e, com certeza, poderão trazer benefícios às santas casas e garantir, portanto, o atendimento à população.

Portanto, deputada, quero parabenizar V.Ex^a, agradecer a confiança pela nossa presença como vice-presidente desta Frente, e saber que essas santas casas que tanto fizeram pela saúde do nosso povo vão continuar servindo a essa população. O compromisso ontem é de que todos nós unidos, o poder público, o governo do Estado, a Assembleia Legislativa, a sociedade civil organizada não permitamos que mais uma santa casa, uma entidade filantrópica venha a encerrar as suas atividades como aconteceu há quase dois anos com o Hospital Espanhol, que tinha a característica que tem.

Quero concluir, Sr. Presidente, parabenizar e mandar um forte abraço para toda a população de Aporá que hoje comemora o dia do seu santo padroeiro, São Roque. Estive hoje pela manhã com a deputada Alice Portugal, que compomos a chapa do PCdoB/PT, PSB, PSD, PTN, estivemos lá presentes, tomamos um banho de pipoca, deputada Luciano, e pedimos as bênçãos do Senhor do Bonfim para iniciarmos esse processo de caminhada, sempre na perspectiva de que essa caminhada seja um momento de debate das ideias que nós queremos para a nossa cidade, de que projeto nós queremos na cidade e não de ofensas, de descer o nível, de baixar o nível porque acho que a política é um instante importante para o debate, para a discussão.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vando):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje para que mais uma vez possamos engrossar o coro que não é da Oposição. Ele é ressoado pela Oposição mas é o coro, é o clamor de toda a Bahia, de todos os deputados, de todos os representantes. A Oposição tem sido, sim, uma voz constante, uma voz firme, uma voz do povo aqui neste Parlamento, clamando pela segurança pública na Bahia, clamando que o governador tenha a sensibilidade de poder permitir que os policiais, que aqueles que servem a segurança pública possam exercer com dignidade o seu mister para que a população possa então se sentir mais tranquila.

Esse clamor que às vezes nós vivemos aqui e achamos que não nos atinge, deputada Fabíola, mas aqueles, assim como eu que moram no interior, viajam todas as semanas e estão vivendo em um caos absoluto de insegurança em toda a Bahia.

Ora, há poucos dias, uma deputada aqui desta Casa teve um revólver apontado para a sua cabeça quando estava vindo de ônibus da sua cidade para Salvador, a fim de cumprir a sua missão. Quanto às viagens de ônibus para o Sudoeste da Bahia, todos são temerosos em fazê-las, porque os assaltos são certos todas as noites. Os assaltos existem e ocorrem em locais predeterminados com a mesma forma de

execução. E nada se providencia!

Eu moro em uma cidade pequena que possui 22 mil habitantes. A minha família reside lá atualmente. É uma cidade pacata do Sertão baiano, mas sofre com tantas intempéries da natureza como a falta de governo no semiárido.

Lá, no semiárido, eu, também, fui atingido diretamente junto a toda a população da minha querida e amada Caculé. Foi uma noite de pesadelo. Foi uma noite de terror. Observem, 20 elementos, na madrugada do dia do aniversário da cidade, invadiram e fecharam as entradas e as saídas da cidade, e destruíram um banco, de forma apavorante, com tiros para todos os lados. Toda a população ficou acordada.

Deputada Fabíola, a minha filha de 12 anos de idade, às 2hs da manhã, ficou me mandando mensagens ao falar que estava há 10 metros do banco, mais precisamente na casa da tia. Ela estava me avisando, através de mensagens pelo celular, sobre o horror que estava acontecendo em nossa cidade.

Volto a dizer e, mais uma vez, a repetir: não quero, aqui, afirmar ser esta a voz da Oposição. Mas este é o clamor do povo.

O governador precisa: entender, nomear os peritos para desvendar os crimes, melhorar a inteligência, nomear os policiais civis e os delegados (concursados e aptos para a nomeação), investir em segurança pública através de sua inteligência. Assim, nós poderemos ter uma certa tranquilidade. Vejam, não dá mais para se viver em eterno estado de medo, terror e pavor em que a população baiana está passando por causa de tanta falta de segurança.

Por isso, eis, aqui, o meu clamor e o clamor de toda a população baiana!

Isto é para apelar à sensibilidade do governador, a fim de que ele, ao menos, cumpra com o prometido na nomeação dos 639 dos 748 aptos policiais civis quando só nomeou 557.

Espera-se que ele nomeie os peritos que, aí, estão. Ao fazer isso, ele tornará a polícia mais eficiente e poderá demonstrar que há uma preocupação efetiva com a segurança pública e não passa, apenas, de propaganda, mas, sim, de efetividade.

Muito obrigado a todos. (Muitas palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vando):- Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, passemos, agora, ao Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE.

O Sr. PRESIDENTE (Vando):- Convidamos o nobre deputado Hildécio Meireles para fazer o uso da palavra.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras presentes, subo a esta tribuna nesta tarde, no horário do Grande Expediente, para tratar, sobretudo, de dois assuntos de fundamental importância e que devem ser debatidos, pelo menos, para que possamos levar à sociedade baiana os esclarecimentos do que se passa em nosso Estado no que diz

respeito à segurança e à saúde pública.

E quando eu me referi à saúde pública, deputada Fabíola Mansur, vou tecer um pouco de detalhes com relação ao trabalho que V.Ex^a tem, com muita competência, liderado para amenizar o problema da saúde pública no Estado da Bahia.

Mas seria interessante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhoras e senhores, nós observamos os números do Orçamento em execução no governo da Bahia para ver como fica fácil – a deputada Luiza Maia está ali ligadíssima – nós percebermos que o governo do Estado da Bahia não tem dado prioridade a dois setores de fundamental importância para o convívio no seio da nossa sociedade que são, exatamente, a segurança pública e a saúde pública.

Ressalto o valor em um Orçamento de, aproximadamente, R\$ 45 bilhões. Esses são valores atualizados. O governo do Estado disponibilizou, para a segurança pública, também em valores atualizados, cerca de R\$ 6 bilhões. Isso equivale a pouco mais de 10% do valor total da previsão de receita para o governo do Estado. Ora, se a gente imaginar que 10% do total de um orçamento é um valor considerável para se gastar na segurança pública, eu, até, posso admitir ser verdade.

Entretanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o que nos deixa estarecidos é que, desse valor previsto para se gastar em segurança pública, foram executados, apenas, cerca de R\$ 1,757 bilhão. Isso é bem menos da metade do valor total! E vejam que nós já ultrapassamos a metade do ano!

Aqui, quero chamar a atenção do governo do Estado, a fim de que o mesmo eleja prioridades para atender às necessidades básicas da população baiana, pois, neste momento, com certeza, a segurança e a saúde públicas são de extrema importância para a sociedade baiana.

Quero citar aqui um exemplo. Eu vi, há pouco, o deputado Luciano Ribeiro falar sobre o problema da criminalidade na tão bela cidade de Caculé. E esta semana, se não me engano anteontem à noite, mais precisamente, na madrugada de domingo para segunda, duas localidades pacatas do município de Cairu sofreram com o banditismo.

Cairu, por si só, já é um município pacato. V.Ex^{as} imaginem os distritos e os povoados deste município quão pacatos sejam! Há um local chamado Gavião, conhecido inclusive pelo deputado Rosemberg Pinto. Pois bem, Gavião fora tomada de assalto por dois elementos armados! E a coisa está tão fácil que os bandidos, sequer, usavam capuzes para esconder os seus rostos.

Horas depois, esses mesmos se dirigiram para uma outra localidade chamada Gamboa do Morro de São Paulo, localidade também pacata, e assaltaram algumas residências da mesma forma. O deputado Carlos Geilson, também, conhece Morro de São Paulo e Gamboa. E a Gamboa foi tomada por dois assaltantes sem nenhum tipo de disfarce e, à mão armada, invadiram casas das famílias durante a noite.

Portanto, eu acho necessário que esta Casa reflita sobre esses temas. Os deputados, tantos os da Oposição quanto os da Situação, devem se unir, porque esses são dois problemas seriíssimos que a sociedade baiana tem enfrentado. Repito, tais problemas dizem, exatamente, respeito à segurança pública e à saúde pública.

Portanto, eu reitero, meu caro presidente Marquinho Viana, novamente, o

pedido. V.Ex^a corta e cruza este Estado da Bahia dia e noite. Logo, V.Ex^a, também, tem de tomar cuidado com a segurança pública, porque, afinal de contas, V.Ex^a, também, é um baiano e é um homem público.

O Sr. Rosenberg Pinto:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Concedo um aparte ao deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Meu querido deputado Hildécio, agradeço-lhe pelo aparte.

Primeiro, deputado, quero solidarizar-me com V.Ex^a com relação a essa questão da segurança pública, e dizer que, obviamente, é uma tarefa de todos nós.

E aproveito a oportunidade para dizer a V.Ex^a, e deixar registrado, que houve algum comentário sobre que na semana passada eu havia comentado aqui sobre a participação da Oposição lá, na Cidade de Tairu, em relação a vandalismo. Em momento algum tratei dessa questão nesses termos. Apenas fiz exatamente o que V.Ex^a fez aqui, agora, citei alguns fatos que aconteceram e chamei todos, seja da Oposição ou do Governo, para que juntos pudéssemos tratar essa questão da segurança pública, que é uma tarefa de todos nós.

Inclusive, citei aqui o deputado Hildécio, assim como V.Ex^a também cita meu nome, como uma pessoa, como sou, votada lá, na região, para que juntos possamos encontrar uma saída para esses problemas que, obviamente, afetam a população e a segurança pública dos diversos municípios.

Quero deixar registrado isso, aqui, para não gerar algum tipo de dúvida em relação aos fatos que levantei na semana passada.

E corroboro V.Ex^a, é uma tarefa de todos nós a defesa da segurança pública. Sei que o Estado tem feito a sua parte, com as muitas dificuldades que sei que está enfrentando do ponto de vista econômico. Mas o secretário da Segurança Pública tem sido um abnegado nessa questão, que requer também a participação da sociedade civil organizada, dos parlamentares, dos políticos, das lideranças, para que possamos, realmente, ter uma segurança pública digna da população baiana.

Muito obrigado!

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputado Rosenberg.

Tenho a absoluta certeza de que com o espírito de coleguismo e responsabilidade, acima de tudo, que todos têm aqui, nesta Casa, que jamais partiria de algum colega comentários dessa ordem.

Mas eu quero reiterar, deputado, o que foi gasto, o que foi orçado, o que não é ruim, é bom que fique claro isso... o que o governo do Estado previu de gasto para a segurança pública não é um número ruim. Entretanto, o que foi gasto até agora não condiz com as necessidades, sobretudo se levarmos em consideração a questão temporal. Já passamos da metade do ano e do que foi orçado para a segurança pública ainda não foi gasto nem a metade. Portanto, faço questão de reiterar esses números.

Da mesma forma no setor da saúde pública, em que, por coincidência, são valores praticamente idênticos, exatamente idênticos, aos que foram orçados para a segurança pública. Infelizmente, não vemos o governo do Estado dando prioridade a esse setor de fundamental importância para o bom convívio da sociedade baiana, para

a sobrevivência, inclusive, daquelas pessoas que mais precisam do serviço de saúde pública no Estado da Bahia. O governo do Estado tem deixado a desejar.

Entretanto, é também importante ressaltarmos aqui o trabalho que têm feito em todo o Estado da Bahia as instituições filantrópicas. E considero como emblemáticas as Obras Sociais Irmã Dulce e, também, o Hospital Martagão Gesteira, que são duas instituições de nível estadual, e até nacional. Tem chamado a atenção de todo o Brasil o trabalho que estas duas instituições desenvolvem na Bahia, já a longos e longos anos. Como também fazem as Santas Casas de Misericórdia espalhadas pelo interior da Bahia.

Tenho outro exemplo também muito emblemático, deputada Fabíola Mansur, que é a Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Valença. Essa Região do Baixo Sul, com, aproximadamente, 300 mil habitantes, não possui, deputado Carlos Geilson, uma unidade hospitalar do governo do Estado. Nenhuma! A Santa Casa de Misericórdia de Valença é quem dá atendimento a toda essa população, inclusive no que diz respeito ao pronto atendimento, que é o atendimento emergencial, de quem sofre um acidente vascular cerebral, infarto, é vítima de violência com arma branca, arma de fogo, ou sofre um acidente de veículo. Todos recorrem à Santa Casa de Misericórdia de Valença.

Por outro lado, temos uma UPA que começaram a construir, e não concluíram, e que teria essa finalidade, até pelo seu nome: Unidade de Pronto Atendimento. A UPA está lá, fechada, quase pronta há alguns anos, sem prestar qualquer tipo de serviço à comunidade do Baixo Sul. A Santa Casa de Misericórdia de Valença é quem tem dado essa assistência.

Isso ficou muito claro aqui, ontem, na sessão especial presidida pela deputada Fabíola Mansur, que em bom tempo invocou a constituição de uma frente parlamentar para que possamos, de forma suprapartidária, encaminhar e discutir esse tema de fundamental importância.

Sr^{as} e Srs Deputados, de um lado as necessidades aumentaram, por força do crescimento da população, o que, por sua vez, leva ao aumento das necessidades de que já falei aqui: acidentes de veículos, vítimas de arma branca e de fogo, dentre outras coisas. De outro lado, o governo cortou os serviços pactuados, tem diminuído a contratação dos serviços pactuados. E ainda mais, não corrige os valores pactuados já há alguns anos.

Então, as Santas Casas vêm sofrendo esse aperto, vivendo essa crise financeira. Algumas já fecharam as suas portas e outras estão em vias de fechamento, como é o caso da Santa Casa de Misericórdia de Valença.

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Concedo o aparte à deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Deputado Hildécio Meireles, quero solidarizar-me com seu discurso, com sua preocupação, sempre bem qualificada, com a saúde pública em nosso Estado.

Quero dizer que V.Ex^a foi muito feliz ontem ao tomar posse e agregar o seu conhecimento à nossa frente parlamentar, e por ter proposto, dentre outras

proposições, emendas que podem ajudar a sanar a crise por que passa o setor filantrópico. Temos que considerar que ela se deve ao subfinanciamento federal, à falta de contratação e habilitação de novos serviços e novos leitos, e a defasagem entre as tabelas do SUS e a inflação.

V.Ex^a foi muito feliz ontem ao propor que esta Casa pudesse, através de alteração da LDO, fazer emendas de custeio. Sei que V.Ex^a é muito preocupado com a saúde e também é defensor dos serviços da Santa Casa de Valença – que, certamente, é um dos maiores complexos filantrópicos daquela região, com o maior número de cirurgias eletivas –, que realiza serviços sem os quais a saúde pública prestada diminuirá, realmente.

Temos que trabalhar juntos, deputado Hildécio Meireles, para encontrarmos as saídas, junto com a frente, através de suas proposições, de incentivos estaduais, a exemplo dos que existem em outros estados – São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e o Ceará têm incentivos estaduais –, que podem vir do orçamento de quase R\$ 6 bilhões da saúde, porque o setor filantrópico presta mais de 50% do atendimento do SUS à população da Bahia.

Solidarizo-me com V.Ex^a por sua preocupação. Parabenizo-o pela sugestão que deu ontem, e lhe agradeço por fazer parte dessa frente, porque sei que saberá somar, como sempre vem somando, com suas proposições e suas ideias nesta Casa.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputada Fabíola Mansur. Incorporo seu aparte ao nosso pronunciamento.

Concedo o aparte ao deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Mais uma vez, agradeço a V.Ex^a pelo aparte, deputado Hildécio Meireles.

V.Ex^a trata de temas muito relevantes para o nosso Estado. Primeiro, a questão da saúde. O que acontece, hoje, é um verdadeiro faz de conta, como V.Ex^a colocou aqui. A tabela do SUS, hoje, não remunera com dignidade os hospitais, os médicos. O déficit dos hospitais e das santas casas aumentam a cada dia, e isso está virando uma bola de neve. O que vai acontecer? Do jeito que está, a cada dia veremos mais um hospital filantrópico ou uma santa casa fechar. O governo federal ainda não se sensibilizou para reajustar essa questão do SUS.

Outra coisa importante que V.Ex^a colocou em seu discurso em relação à segurança pública. Eu diria que hoje, deputado Hildécio Meireles, V.Ex^a que representa tão bem a região de Valença, o Baixo Sul como um todo, todo dia é um assalto a banco, todo dia é uma explosão de um caixa eletrônico. A realidade é de total insegurança, inclusive nos Correios. Os bancos começam a fechar nas cidades pequenas, sobretudo, alegando falta de segurança.

A realidade piora a cada dia. Nos bairros mais carentes os jovens estão morrendo, o *crack* está dominando as nossas favelas, e, efetivamente, o governo tem de tomar uma providência, não pode fechar os olhos para essa realidade.

V.Ex^a, com muita propriedade, coloca dois pontos importantes para o nosso Estado em relação à saúde e à segurança pública. Gostaria de deixar o meu apoio ao vosso pronunciamento. V.Ex^a está de parabéns por abordar temas tão importantes

como esses para o Estado.

Muito obrigado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Fábio Souto. Gostaria inclusive, deputado, de acrescentar uma informação muito importante, até para V.Ex^a aprofundar sua reflexão em relação à questão da segurança pública.

Não falo somente de combate ao crime. Veja, tem outros tipos de serviços atinentes à segurança pública e que não estão sendo prestados. Por exemplo, na cidade de Valença e no seu entorno, quando há necessidade de se fazer uma autópsia, na maioria das vezes estão deslocando os corpos para cidades como Itabuna, a cerca de mais de 250 km, para fazer uma autópsia ou coisa parecida. Uma cidade como Valença, sede de uma região, deveria ter um quadro de profissionais, peritos, médicos, do tamanho de uma grandeza capaz de atender às demandas daquela região. Infelizmente, isso não vem acontecendo.

Uma outra reflexão que acho importante fazermos aqui, diz respeito à importância das instituições filantrópicas e das santas casas de misericórdia neste Estado da Bahia. Minha cara deputada Luiza Maia, vamos imaginar somente que se não existissem em Salvador as Organizações Sociais Irmã Dulce e o Hospital Martagão Gesteira, o que seria da população da capital do nosso Estado?

Da mesma forma, vamos imaginar que não tivéssemos, pelo interior do Estado também, os serviços prestados pelas Santas Casas de Misericórdia. Certamente seria o caos completo, conviveríamos, de certa forma, ainda na época do *bang-bang* ou na época em que se operavam as pessoas com canivete e álcool na mão.

Portanto, quero chamar a atenção dos nobres e caros deputados desta Casa para façamos essa reflexão. Deputado Rosemberg Pinto, estamos propondo que, por iniciativa do governo do Estado – a essa altura, já que se trata de matéria orçamentária, só o Poder Executivo pode tomar a iniciativa – se faça a alteração da LDO desde o ano passado, para que as nossas emendas impositivas possam contribuir com o custeio das santas casas de misericórdia, como também das instituições filantrópicas que prestam serviços de atenção à saúde em todo o Estado da Bahia.

Quero chamar a atenção de V.Ex^{as} para que possamos ampliar e aprofundar esse trabalho, através da Frente Parlamentar que vai cuidar das filantrópicas e das Santas Casas, liderada pela deputada Fabíola Mansur.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Por todo o tempo, falará a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, mesmo sem estar inscrita, sem pedir para falar, me passaram a palavra, e eu quero aqui registrar alguns itens da fala do orador que me antecedeu e dizer a ele que, do mesmo jeito que ele tem essa

preocupação com a saúde na Bahia, ele também teria que se preocupar com os projetos que estão lá em Brasília querendo desvincular a saúde e a educação, para que não sejam mais obrigatórios os 15% da saúde e os 25% da educação.

Acho que precisamos estar atentos a essas maldades que o presidente golpista tem praticado por este Brasil. O povo brasileiro está entendendo isso, tem ido para as ruas, apesar de a grande mídia não estar mostrando a força dos movimentos agora, nas Olimpíadas. Não tem como esconder os “Fora Temer” por aí afora, e nós precisamos estar atentos. Fora Temer, porque é golpista e está querendo destruir todas as conquistas de professores, médicos, mulheres e outros grupos sociais. É escandalosa a forma como tem feito, mas precisamos reagir.

Este momento de campanha eleitoral é fundamental e importante, porque serão 45 dias nas ruas e precisamos ajudar a aglutinar o nosso povo para que reajamos contra o que tem sido tramado contra o povo brasileiro e o trabalhador. Imaginem, Srs. Deputados, acabar as férias e o décimo terceiro, tenham paciência. Além de outras coisas que sabemos serem do plano do governo federal golpista, a serviço da elite e de um mercado que ninguém sabe, entre aspas, o que significa e quem são essas pessoas.

Não dá certo dessa forma, porque foram muitos anos, 30 anos, de muita luta para chegar aonde estamos. Não dá para um golpista, de uma hora para outra, em menos de 3 meses, querer destruir todas essas conquistas. Então, nós precisamos reagir, nós precisamos ficar atentos, todas as mulheres, os jovens e os trabalhadores. Vender o nosso pré-sal, vender a nossa Petrobras?! É o plano de Serra. Agora, estão aí pela América Latina, porque o ataque não é só no Brasil. Eles querem destruir todos os governos progressistas implantados em nosso continente, que sempre foi o quintal dos Estados Unidos, que também não estão satisfeitos com o que tem acontecido no Brasil e em vários países do nosso continente.

Mas o povo brasileiro é sábio, o povo brasileiro reconhece a dureza dessa caminhada para iniciar um processo de inclusão, um processo para acabar com aquela desigualdade estúpida e começar a incluir os nossos cidadãos que não tinham nem o que comer durante o dia.

Voltando ao discurso do deputado Hildécio: às vezes, é engraçado o esforço que ele faz para mostrar a legalidade do golpe. E eu já disse a ele que não tem jeito, que é golpe mesmo. *Impeachment* sem crime é golpe; e a gente está vendo isso, e o povo está entendendo isso.

Então, eu queria só dizer que, mesmo com todas as dificuldades, os limites orçamentários do nosso Estado, a dificuldade na relação com... As ameaças do ministro Geddel ao nosso governador, dizendo que, se ele disser que é golpe, não vai haver recursos para o nosso Estado, estamos avançando.

Está aqui, hoje, na *Tribuna da Bahia*, uma notícia que faço questão de comentar: o mutirão de cirurgias, que começa em setembro. No lançamento, Rui Costa destacou que unidades em construção serão utilizadas.

Com a saúde pública lidando com uma demanda cada vez maior, o Estado resolveu abraçar a tarefa de reforçar uma das mais importantes áreas de atuação do poder público, lançando ontem o mutirão das cirurgias. Deverá executar 13 mil

cirurgias eletivas na Bahia até o segundo semestre de 2017. Os primeiros procedimentos começam em setembro, fruto de investimentos de R\$ 30 milhões, oriundos do governo do Estado, através da Secretaria da Saúde. O projeto já está em seus ajustes finais.

Quero, mesmo com todas essas dificuldades, mesmo com essa crise econômica que tentam dizer que é criação da presidenta Dilma, e sabemos que é uma crise do sistema capitalista, dizer que o nosso governador está atento e preocupado com muitas questões de saúde do nosso Estado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, antes de chamar o horário do PSDB, peço um minuto da atenção de V.Ex^{as} para um assunto do interesse de todos: para comemorar os 10 anos de existência da Albaprev, que é a previdência dos Srs. Deputados, está sendo lançado o *site* da Albaprev, para que todos os participantes tenham informações à disposição sem precisar requisitar à diretoria.

O *site* está dividido em duas partes, uma restrita aos participantes e outra aberta a quem quiser consultar. Na área restrita, o participante tem acesso ao extrato de sua conta previdenciária, deputado Adolfo Viana, informe de rendimentos para imposto de renda e contracheque para os assistidos. A área aberta está seccionada por itens, assim denominados, e não vou precisar lê-los aqui.

Então, Srs. Deputados, acredito que é do maior interesse de todos. Trata-se da previdência própria dos Srs. Deputados, a maioria desta Casa tem. Hoje estará tudo interligado e não mais será preciso requisitar informações. Quando um parlamentar quiser saber o seu saldo ou rendimentos, o que está rendendo mensalmente, os saques... Então, a vida de cada um...

Os deputados não ficaram muito interessados, mas... Imagine, deputada Ivana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB-PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, agora é o PP.

A Sr^a Fátima Nunes:- PP-PCdoB-PSB/PTN.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Desculpem-me, eu tinha pulado a página. O tempo de PP é de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Com a palavra, por 5 minutos, a deputada Fátima Nunes, e por 5 minutos, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos no Brasil, depois de um tempo muito bom de grandes oportunidades. Muitas vezes, tivemos as alegrias de comemorar e de participar de belíssimos atos de formaturas onde filhos de pedreiros, mecânicos, lavadeiras, enfim, filhos de pessoas de bem, com pequena renda, conquistaram, com seus esforços e com o seu jeito próprio de lidar com os desafios da vida, a oportunidade de se tornar um médico, um doutor, um engenheiro, um odontólogo, um advogado através de programas das

universidades federais e através de programas do ProUni e do Fies.

Realidade essa que, por muito tempo, foi negada ao povo brasileiro, principalmente, aos homens e às mulheres de renda pequena e, principalmente, àqueles que moravam e, ainda, moram nas cidades do interior.

Esta nossa Bahia, durante 200 anos, teve uma única universidade federal concentrada na capital. Durante os governos de Lula e Dilma, a Bahia assistiu à instalação de 6 novas universidades. E, dentre essas, eu tenho o orgulho de ter algumas delas instaladas bem no interior e bem no coração do Sertão como é o caso da Univasf que começa, com a sua sede principal, em Juazeiro mas vai até Paulo Afonso, inclusive, com o curso de medicina.

Portanto, podemos lembrar, recordar e, de certa forma, nos engrandecer por essa oportunidade que o povo brasileiro teve a partir da coragem de eleger um homem que não tinha estudado em universidade mas colocou o estudo, o conhecimento, a ciência e a tecnologia como prioridades para o desenvolvimento deste País.

Eu sei o quanto foi duro para muitos e muitas, às vezes, terem que deixar a sua terra natal, virem para Salvador ou, até, irem a São Paulo com o desejo de cursar o nível superior. E isso só foi possível com maior facilidade nesses últimos anos com os governos do PT; governo esse que construiu alianças e que, em seus períodos, implantou essas oportunidades.

Hoje, há um Congresso Nacional perverso e não preocupado com a sociedade brasileira, seja através dos deputados federais que votaram a favor do início do processo de *impeachment*, seja através dos senadores que julgam o processo de *impeachment* da presidente Dilma. Eles “impeachtmaram” não a presidenta Dilma, mas deram um golpe de morte na democracia ao golpear essas conquistas e esses direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Portanto, a gente pode dizer que este mês de agosto é, realmente, o mês do desgosto, porque a população brasileira, que via o progresso, que via o desenvolvimento, que via caminhos de prosperidade para a Nação, assiste, agora, a esta atitude.

Hoje, a toda a hora em que se abre a Internet, se vê algo a respeito. Lamentavelmente, a *Rede Globo* esconde tudo isso. Mas, a todo o momento em que abrimos uma página na Internet, a gente vê e toma conhecimento de mais um golpe e de mais um corte nos recursos públicos para as pastas sociais; sejam esses recursos para a saúde ou para a educação. Hoje mesmo, está estampado, nos jornais, a redução dos recursos públicos para a manutenção das universidades federais.

Se a gente fizer uma lista de tudo aquilo que já cortado e de tudo aquilo que já foi golpeado, isso, naturalmente, já dará muitas páginas de um livro histórico, perverso e muito ruim para a sociedade brasileira.

Costumamos dizer que esse governo interino, provisório, mas com um efeito devastador da cidadania, da democracia e dos direitos dos trabalhadores.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputada.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo restante.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, servidores... Presidente, hoje tenho acompanhado a movimentação dos trabalhadores da Petrobras que de uma forma ordeira, organizada, têm enfrentado a tentativa do desmonte da Petrobras.

Quero aqui deixar claro, e sempre me posicionei, que há um equívoco em relação aos problemas que a Petrobras enfrenta e as denúncias que a ela são imputadas. É lógico que vários problemas passam pela Petrobras desde o então governo Fernando Henrique Cardoso. Não é novo para ninguém, principalmente para quem é funcionário da Petrobras, deputado Adolfo Viana, como eu sou há 38 anos, em saber dos problemas que a Petrobras enfrentou. E nós discordamos que a Petrobras seja utilizada de forma equivocada. E as pessoas que nela estiveram e que cometeram qualquer tipo de erro, têm ser responsabilizadas sem nenhum problema.

O que não podemos é a troca de questionar a Petrobras e hoje foi aprovado no Senado o projeto do senador José Serra, de mudar o regramento para exploração do petróleo na área do pré-sal, que já trouxe um prejuízo para a União com a venda de um poço de exploração de petróleo que valia 22 bilhões, foi vendido, foi concessionado por 6 bilhões. Isso é extremamente prejudicial para o Brasil, para a Petrobras.

Agora, a forma de privatização da Petrobras Distribuidora, e hoje os trabalhadores da Petrobras no Brasil inteiro estão nas áreas de distribuição, onde, certamente isso, está sempre gerando problemas com abastecimento de combustível na Rede Petrobras, mas em função de uma tentativa de sensibilizar a nova direção da Petrobras, acho que o melhor caminho não é esse. A Petrobras tem demonstrado isso.

Só para se ter uma ideia, o último trimestre da Petrobras demonstra uma evolução e uma lucratividade de US\$ 300 milhões. Isso demonstra que a Petrobras tem capacidade de superar a crise econômica e a crise de reputação por que passa a empresa. Na realidade a empresa não passa por um problema eminentemente econômico. A Petrobras passa por uma crise de reputação e passa por uma crise econômica na área de petróleo no mundo inteiro. E é possível, sim, passar por isso. Ela tem passado, já deu demonstração com pequenas mudanças na área cambial.

Por isso, quero aqui reafirmar que nós brasileiros e brasileiras não podemos aceitar que sob uma ótica da moralidade, sob um discurso da moralidade tenta se fazer uma imoralidade que é destruir a Petrobras, patrimônio do povo brasileiro.

Com isso, hoje os trabalhadores da Petrobras Distribuidora estão em greve, e quero manifestar aqui a minha solidariedade aos trabalhadores da Petrobras do Brasil inteiro, na tentativa de mudar a forma de recuperação da empresa. A empresa pode recuperar-se com o seu capital humano, com a sua capacidade de se reinventar mas não pode ser destruída sob a ótica de que é preciso acabar com a corrupção no Brasil. Se se questiona porque houve um prejuízo em torno de R\$ 6 bilhões na Petrobras, com as denúncias que aconteceram na Operação Lava-Jato, só com essa área do pré-sal estamos com um prejuízo da ordem de R\$ 18 bilhões. Isso, obviamente, não podemos aceitar como forma de resolver o problema de reputação da companhia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB... pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, os deputados Adolfo Viana e Soldado Prisco dividirão o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado Luciano Ribeiro. Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, subo mais uma vez a esta tribuna no dia de hoje para tratar daquele assunto que é o que mais preocupa os baianos atualmente. Alguns deputados do Partido dos Trabalhadores sobem a esta tribuna, atacam o governo federal, atacam o senador José Serra, atacam o Senado da República pela votação que executaram no dia de ontem, mas esquecem de pedir ao governador do Estado da Bahia para nomear os peritos, nomear os policiais civis, os agentes penitenciários, deputada! V.Ex^a, como membro do Partido dos Trabalhadores, poderia chamar a atenção do governador do Estado para que ele pudesse garantir aos baianos mais segurança pública!

Vejam que este governo do Estado reconheceu que era importante fazer investimento na área da Segurança Pública. Fizeram concurso para a Polícia Civil – 748 membros passaram, fizeram a Academia de Polícia e estão prontos para assumir. O governador falou que ia nomear 639, mas só nomeou 557. Temos quase 200 policiais civis prontos para ganharem as ruas. Quando vamos falar dos peritos, se pegarmos a Lei Orgânica da Polícia Técnica, constataremos que hoje não temos condição de cobrir todo o Estado da Bahia. Se o governo do Estado nomear todos os concursados de 2014, ainda assim não teremos o efetivo que pede a Lei Orgânica da Polícia Civil e dos Peritos.

Eu lhes pergunto: o que V.Ex^{as} estão fazendo neste momento para transformar a Bahia em um lugar seguro para se viver? Eu convido V.Ex^{as} a esquecerem um pouco o Congresso Nacional, que atravessa uma série de problemas. Vamos dar as mãos para cumprir com nossas obrigações. Neste Parlamento, não fomos eleitos para dar opinião ao Senado nem à Câmara Federal. Fomos eleitos para defender os interesses do Estado da Bahia! E lutar pela nomeação dos peritos é exercer com grandeza a responsabilidade que nos foi conferida pelo povo da Bahia.

Fugir das nossas obrigações, falar dos senadores, dos deputados federais, é o discurso da conveniência, o discurso de quem não pode contrariar os interesses do governo do Estado da Bahia, o discurso de quem obedece as ordens do Poder Executivo e ignora os gritos de socorro dos baianos que vêm das ruas.

Eu não serei uma parcela desta Casa que irá fazer ouvido de mercador aos gritos da população do Estado da Bahia, que pede socorro e que clama por mais segurança pública!

Por onde ando no Estado da Bahia, as pessoas me pedem: “Deputado, defenda a nossa segurança pública! Deputado, lute por mais segurança no Estado da Bahia!” E é isso que farei em todos os dias do meu mandato, dedicarei boa parcela do meu mandato como deputado, Sr. Presidente, para que o Estado da Bahia seja mais seguro

para se viver.

Farei um convite aos deputados estaduais que compõem esta Casa: vamos esquecer um pouco o Congresso Nacional! Quem quiser, deputada Luiza Maia, fazer as defesas do Congresso Nacional que se candidate a deputado federal, a senador da República! Mas quem for eleito para deputado estadual deve travar os debates que são importantes para o Estado da Bahia. Esse, sim, é o papel, o dever e a obrigação do Poder Legislativo!

Vejo, aqui, uma série de deputados fazendo o discurso da conveniência do governo do Estado. Vejo, aqui, pessoas se omitindo da responsabilidade! Deputado Luciano Ribeiro, por exemplo, a sua querida Cidade de Caculé foi contemplada ontem, o banco da cidade foi explodido por criminosos. Um banco é explodido a cada 3 dias! No final de semana, deputado Carlos Geilson, foram 19 homicídios! Não se prende quem assaltou o banco, não se desvendam os crimes cometidos no Estado da Bahia! Ou nós fazemos o enfrentamento de uma vez por todas ao crime organizado ou logo, logo, as próximas vítimas serão, cada vez mais, baianos trabalhadores e trabalhadoras.

E até aqueles que gritam aí, chamando o presidente Temer de golpista, sabem que o Estado da Bahia precisa e merece mais segurança pública. Ou este Parlamento pede por isso ou vocês aguardem que a próxima vítima poderá ser alguém próximo a nós.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, para falar ou indicar orador.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Por 5 minutos, falará o deputado Soldado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Soldado Prisco.

Peço aos presentes nas Galerias que deixem o deputado concluir, porque quem está na Galeria não pode fazer protestos, nem favorável e nem contra, porque atrapalha. São as regras daqui. Estou pedindo com toda a educação, vocês têm todo o direito, mas são as regras da Casa. Então, onde vocês convivem deve ter regras, aqui também tem. Então, peço com toda a educação. A regra não sou eu que faço, é a regra do Regimento da Casa.

Com a palavra o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a todos presentes à Galeria.

Mais uma vez eu estava numa rádio hoje, pela manhã, dando entrevista, e a minha advogada me surpreendeu com a 11^a decisão de reintegração da minha pessoa à Polícia Militar da Bahia. Sei que será mais uma decisão que o governo do Estado da Bahia descumprirá. Essa decisão é do Superior Tribunal de Justiça. Leio aqui a decisão do ministro Mauro Campbell Marques.

Já ganhei no STF, já ganhei 5 vezes no Tribunal de Justiça. E o governo da Bahia, que se diz democrático, mas é extremamente ditador e zomba do Poder

Judiciário baiano e brasileiro, vai descumprir, mais uma vez, uma decisão judicial.

É a 11ª decisão judicial, pasmem, senhores e V.Ex^{as}. E esta é mais uma do STJ. Já foram duas no STF, 6 no Tribunal de Justiça, uma da Auditoria Militar. Essa é a terceira do STJ. E o governo do Estado brinca com o Poder Judiciário. Infelizmente, na Bahia ainda falta desembargadores que possam, simplesmente, executar isso aqui, ter a coragem. de fazer com que o Estado execute. Mas até o momento, isso não ocorre. As pessoas até zombam: saiu a sua decisão, você vai comemorar? Eu disse: não, porque o Estado não vai cumprir; vai zombar do Poder Judiciário. Esse é o governo do PT que diz que respeita a democracia e as leis vigentes no Brasil. É o único estado brasileiro que não cumpre uma lei federal, que é a lei de anistia. Dezesete estados da federação foram beneficiados pela lei, e só o governo da Bahia não cumpre; não cumpre lei, não cumpre ordem judicial, e faz uma política mesquinha e perseguidora.

Mas não vamos abaixar a cabeça por causa disso. Isso aqui é a prova, mais uma vez, de que a justiça está sendo feita. E não é por isso que vamos recuar, vamos continuar nessa luta.

É como o governo que desrespeita os concursados aprovados. Vai para a televisão, vai para a imprensa, faz uma propaganda muito bonita da segurança pública. Mas queria viver nessa propaganda do governo do PT. Queria conhecer essa propaganda do governo do PT, porque a realidade que vemos hoje é totalmente diferente. Não só os peritos que estão aqui como os agentes penitenciários que estão acampados aqui, há 120 dias. O governo passa para lá e para cá e zomba desses trabalhadores. E esse governo diz que é sindicalista, que ele senta e negocia, mas vem de uma prática ditatorial e desde que assumiu ele não quer dialogar.

No último final de semana, 29 homicídios, na cidade do Salvador e no contorno da região metropolitana. Mas a violência vai bem. A propaganda do PT mostra tudo maravilhosamente bem. O prédio aqui do lado custou 260 milhões e o secretário está muito bem instalado lá. Mas convido os deputados do PT e toda a Base do Governo, inclusive da oposição, para passar em alguma delegacia. Não precisam ir muito longe; se quiserem ir em algum quartel, vamos aqui na 82ª companhia, no CAB, para ver as condições atuais. Vamos ver as bases comunitárias que nem água para beber e nem vaso sanitário têm. Mas a propaganda do governo mostrou uma mentira, uma falácia ali, porque até na propaganda mentiu. Disse que são 23 municípios interligados. Que 23? Só estão funcionando 3, no interior. Os outros nem sequer têm projetos, ainda.

É tratar o povo da Bahia como idiotas; é tratar os servidores públicos como um bando de babacas. Esse governo que prometeu e fez campanha usando o servidor público, e agora trata-os desse jeito. O reajuste, é zero, não tem conversa, não tem diálogo. Mas o dinheiro para a propaganda, tem. Essa é a prioridade do governo, fazer a propaganda e enganar a população. Achar que Salvador é a disputa na Bahia. E esse é o governo de verdade, da democracia?

O povo da Bahia tem que despertar e acordar para essa realidade. Chega de mentira e enganação. São gastos quase 260 milhões a mais em propaganda do que em segurança pública, e a fonte é do Tribunal de Contas do próprio Estado, não é minha

não. Está lá para quem quiser olhar. Inclusive, um *outdoor* que íamos colocar na rua foi vetado pelo governo do Estado, pelo poder do dinheiro.

É isso que tinha para falar. Mais uma decisão que infelizmente não posso comemorar, porque o governo do PT não vai cumprir a decisão judicial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre líder do governo, da Maioria ou PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará por 6 minutos o deputado Antônio Henrique Júnior, e por 6 minutos, a deputada Fabíola Mansur, presidente da Frente Parlamentar das Santas Casas de Misericórdia do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Antonio Henrique Júnior, por 6 minutos.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- (Lê): “Senhor Presidente, colegas deputados e deputadas, meus senhores, minhas senhoras.

A Câmara Especial do extremo oeste foi criada em 2015 para atender aos municípios de Barreiras, Barra, Angical, Baianópolis, Bom Jesus da Lapa, Côcos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Santa Maria da Vitória, Santana, São Desidério, Serra Dourada, Wanderley, Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos, Ibitiara, Igaporã, Palmas de Monte Alto, Ibotirama e Muquém do São Francisco por onde tramitam, atualmente, aproximadamente cinco mil processos, sendo que apenas entre os meses de fevereiro a julho de 2016 foram julgados setecentos e setenta processos.

É desnecessário avaliar aqui, Sr. Presidente, a importância da Câmara do oeste não só para a população do oeste, mas para o Poder Judiciário do Estado da Bahia. Os números falam por si.

Mas, tem um ato simbólico que exemplifica o grau de importância da Câmara do Oeste. Lembro-me que no dia 3 de fevereiro de 2015, quando o então presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Eserval Rocha, declarou instalada a câmara especial, junto com a pedra fundamental do fórum foi depositada uma cápsula do tempo, para ser reaberta após 50 anos.

Entretanto, Sr. Presidente, passaram-se apenas 18 meses e surgem notícias da desativação da Câmara do Oeste. Isto é muito preocupante, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

O Tribunal não pode andar na contramão da história e nós, na condição de legítimos representantes do povo, temos que assumir uma postura crítica e alinhada com os anseios da nossa gente.

O Oeste baiano não merece esse tratamento, deputado Pablo Barrozo. E nós não podemos abrir mão de uma grande conquista da sociedade por causa do argumento frágil de contenção de despesa.

Ora, meus amigos, a justiça não existe para dar lucros e estamos tratando de cidadania, de respeito a nossa Constituição.

Mas, se for para falar em despesa, não custa lembrar que o Oeste baiano possui grande potencial econômico, inclusive para subsidiar, em parte, o orçamento da Bahia, conseqüentemente, do Tribunal de Justiça, como já vem fazendo há muitos anos.

Nós sabemos das dificuldades financeiras que todos os poderes constituídos enfrentam, mas a Câmara presta um serviço inestimável à população do Oeste, região mais afastada da nossa capital, Salvador.

Sabemos também que o cidadão comum tem restrições econômicas e não pode arcar com o custo de uma longa viagem para buscar o seu direito constitucional de acesso à justiça.

Então, temos que fazer o que for necessário pela permanência da Câmara do Oeste em Barreiras,

Hoje nós temos em nossa cidade uma delegacia da Polícia Federal, o Ministério Público Federal e Estadual, bem como a Defensoria Pública do Estado.

Temos também, diversas autarquias e suas respectivas procuradorias, então não podemos aceitar que o Tribunal de Justiça da Bahia efetive essa ideia infeliz de desativar a Câmara Especial do Extremo Oeste baiano.

E para isso contamos com a boa vontade, o empenho e o engajamento nesta luta de todos os parlamentares desta Casa Legislativa.

Esta é a mensagem que trago da população do Oeste da Bahia, Sr Presidente.

Obrigado pela atenção e boa-tarde!”

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- Concedo o aparte ao deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Sr. Deputado, quero parabenizá-lo por esse pronunciamento.

V.Ex^a que é um legítimo representante do Extremo Oeste, e quando soube da tentativa de estudo de desativar a câmara do Extremo Oeste me ligou, imediatamente, para somarmos esforços com todos os deputados dessa Casa. Até aqueles que não são votados naquela região sensibilizarem-se com uma região que é tão distante e que sofre por essa distância com muitos problemas que algumas regiões da Bahia não sofrem.

Queria parabenizá-lo e pedir a compreensão e empenho do Presidente Marcelo Nilo que é muito bem votado naquela região e representa muitos municípios daquela região porque a população do Oeste clama por uma providência e sensibilidade do Poder Executivo, Judiciário em manter aquela Câmara que foi uma conquista tão grande daquele povo e que é de suma importância. Nós que vivemos lá e sabemos dos inúmeros problemas que a população sofre para ter um serviço jurisdicional completo para a justiça ser feita. Justiça que tarda é uma justiça falha e sem a Câmara do Oeste temos certeza que regrediremos muito com relação à justiça em nossa região. Então, quero parabenizá-lo por essa iniciativa e dizer que estaremos juntos por essa bandeira e por essa batalha.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR:- Obrigado Pablo Barrozo. Estamos juntos e precisamos do apoio dos parlamentares, precisamos do apoio do nosso

Presidente Marcelo Nilo pela desativação da Câmara do Oeste. Precisamos desse apoio. Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fabíola pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre Presidente deputado Marcelo Nilo, quero me solidarizar aos deputados Antônio Henrique Júnior e Pablo Barroso no sentido de ser contrária a desativação da Câmara Especial do Oeste já que cidadania se faz com a justiça presente e dar acesso à justiça na nossa querida Barreiras região tão longínqua da capital, acho que é também um pleito mais do que necessário.

O que me traz a essa tribuna, deputado Marcelo Nilo, meu querido amigo é fazer um pleito ao CCJ..para que inclua na pauta a votação do parecer do nobre deputado Luciano Ribeiro ao projeto de nossa autoria de número 21.306/2015.

Eu gostaria de explicar a importância de aprovarmos esse projeto. Hoje a Constituição do Estado da Bahia, deputada Ângela, em seu Inciso VI, Artigo 4º, diz que é vedada a interrupção de serviços essenciais de água, energia elétrica, esgoto, sem que haja notificação prevista em lei. Só que o que a Constituição não diz é que essa lei tem que ser normatizada por esta Casa.

Ora o projeto de nossa autoria nada mais é que a normatização exatamente do que é um consumidor que tem incapacidade para um adimplemento de serviços essenciais, fundamentais à dignidade humana, por vários pareceres dos Tribunais de Justiça dos Estados. Não é possível que água, esgoto, energia elétrica, necessários à mínima subsistência básica, sejam interrompidos sem a mínima notificação e o apazamento. Já que há condições dos fornecedores entrarem na Justiça para cobrar esse adimplemento.

Também não acho justo obviamente o consumidor que paga tudo em dia, em função do inadimplente, ter algum tipo de benesse. Trata-se de normatizar uma notificação, deputada Ângela, prévia. Imagine uma creche que, por algum motivo, não pagou a água ter o serviço cortado. Imagine uma instituição de saúde sem fins lucrativos ter a luz cortada por falta de pagamento.

Acho que é uma interrupção de serviços que inclusive são prestados à comunidade. A normatização da notificação e do prazo para esse pagamento faz justiça àquele usuário que comprovada a extrema pobreza ou pobreza, como já está caracterizado em várias leis nacionais, possa ter uma chance de conseguir efetuar esse pagamento sem que os serviços sejam interrompidos. Isso é justiça social.

Queria aqui, de público, elogiar o deputado Luciano Ribeiro pelos pareceres dele. São pareceres muito bem embasados, honram esta Casa e dão gosto de ler. Fico realmente impressionada com a qualidade dos pareceres dele. Mas peço que a CCJ, onde V.Ex^a é vice-presidente, possa realmente votar pela aprovação desse parecer, deputada Luiza Maia. Porque hoje o que está acontecendo é que se interrompe os serviços de água, luz e energia para pessoas que não têm a mínima condição de ter garantidas as suas subsistências. Temos entidades educacionais sem fins lucrativos, entidades de saúde sem fins lucrativos, usuários residenciais de baixa renda, em

estado de pobreza, caracterizada pela lei 8.232, usuários residenciais com saúde debilitada e organizações da sociedade civil que cooperem para consecução de finalidades do interesse público.

Então peço para que nós façamos e aprovemos o parecer do deputado Luciano Ribeiro para o nosso Projeto de Lei nº 21.306 para normatizar o que reza a Constituição baiana, que não se pode interromper serviços essenciais sem que haja uma normatização prevista em lei. E não temos a lei. É o que gostaria de pedir aos nobres pares da CCJ para que haja a apreciação célere e que possamos colocar, num momento de crise, essa situação de tantas entidades sem fins lucrativos, esses serviços essenciais, deputado Rosemberg.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Antes de entrarmos na Ordem do Dia, conforme tínhamos anunciado, nós vamos assinar a (Lê) *Emenda Constitucional nº 23, de 16 de agosto de 2016, que dá nova redação ao § 3º do Art.46 da Constituição do Estado da Bahia.*

“A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º- O 3º do art. 46 da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art 46 -...

3º- O servidor militar estadual em atividade que tomar posse em cargo público civil permanente será transferido para a reserva, na forma da lei, salvo quando se tratar de um cargo de professor ou privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada, sendo assegurada a acumulação desde que haja compatibilidade de horários e não ultrapasse 20 (vinte) horas semanais.'

Art. 2º- Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.”

Esse Projeto de Emenda Constitucional, foi uma proposta do deputado Adolfo Menezes, aprovada por unanimidade dos presentes na semana passada. Então, vamos promulgá-lo aqui no plenário da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

(Promulgação do PEC)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Portanto, já está promulgado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do dia.

Com a palavra, por acordo, somente por acordo, o deputado Alex Lima para fazer um aditamento com emenda ao Projeto de Lei nº 21.967/2016 de procedência do Poder Executivo.

Portanto, concedo a palavra ao deputado Alex Lima para fazer o aditamento conforme acordo das Lideranças do Governo e da Oposição.

O Sr. ALEX LIMA:- (Lê) *“Aditamento ao parecer.*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.967/2016, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Altera as Leis nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009; nº 8.647, de 29 de julho de 2013 e nº 13.462, de 10 de dezembro de 2015, e dá outras providências.'

O presente Aditamento, fruto de Acordo entre as lideranças da Maioria e Minoria, destina-se a introduzir no projeto uma Emenda de Relator, anexa a este.”

O que foi acrescido ao presente projeto de lei são as notas 3 e 4. A nota 3 diz que: (Lê) “o valor por m² de área ocupada para cada distrito industrial individualmente considerado poderá ser revisto por Decreto, por iniciativa motivada do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC-FUNEDIC, cuja revisão se dará no mês de abril de cada ano.

Nota 4: O valor por m² será sempre calculado considerando-se a área total do imóvel, não incidindo nova cobrança quando houver sub-locação de parte da área já tributada.

Art. 5º - A taxa prevista no 'item 9' do anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, introduzindo pela Lei nº 13.462, de 10 de dezembro de 2015, será devida a partir da data da vigência desta Lei, não sendo exigível qualquer valor anterior a esta data.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa: A emenda tem por objetivo modificar a redação dos arts. 1º, 5º e 6º e suprimir o art. 7º, todos do projeto de Lei nº 21.967/2016, garantindo maior segurança jurídica aos contribuintes da taxa devida por serviços prestados nos distritos industriais geridos pela CIS e pela SUDIC.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2016.”

Sr. Presidente, apenas para agradecer a compreensão fruto do acordo da Liderança do governo na figura o Líder Zé Neto com o Líder da Oposição Sandro Régis, hoje representado pelo vice-líder deputado Luciano Ribeiro.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das Comissões.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Já foi aprovado hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas aditamento tem que aprovar novamente nas Comissões.

Em votação no âmbito das Comissões o parecer com aditamento, por acordo, do deputado Alex Lima ao projeto em foco. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

Votação no plenário. Em votação o projeto de lei nº 21.967/2016 do Poder Executivo que altera as Leis 11.631 de 30 de dezembro de 2009, nº 8.647, de 29 de julho de 2003, nº 13.462 de 10 de dezembro de 2015 e dá outras providências.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade. O projeto irá para a sanção de S.Ex^a, o governador

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 21.967/2016

Altera as Leis nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, nº 8.647, de 29 de julho de 2003, nº 13.462, de 10 de dezembro de 2015, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - A alínea “j” do inciso II do art. 5º e o item “9” do Anexo II, todos da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passam a vigorar com os seguintes acréscimos e modificações:

“**Art. 5º** -
.....
II -
.....
j)

1. as pessoas jurídicas de direito privado com fins comprovadamente filantrópicos, os serviços sociais autônomos e as instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, que possuam estabelecimentos ou que tenham celebrado Contrato de Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, ou quando de interesse da Justiça ou da Fazenda Pública estadual, municipal ou federal, obedecidas as condições regulamentares;

.....
3. as pessoas jurídicas de direito privado que possuam estabelecimentos ou que tenham celebrado Contrato de Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, situados nos municípios que promovam a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e o funcionamento dessas áreas, mediante acordo de cooperação ou instrumento congênere com o Estado da Bahia;

4. as pessoas jurídicas de direito privado que possuam estabelecimentos ou que tenham celebrado Contrato de Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, integrantes de entidades associativas ou similares que, mediante acordo de cooperação ou instrumento congênere com o Estado da Bahia, promovam a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e o funcionamento dessas áreas;

5. as pessoas jurídicas de direito privado que possuam estabelecimentos ou que tenham celebrado Contrato de Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS, que tenham acesso exclusivo por vias pedagiadas, BRs ou BAs e que não tenham qualquer benefício decorrente da prestação dos serviços.”

“ANEXO II

TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
9			
9	1	Taxa mensal devida por pessoas jurídicas de direito privado que possuam estabelecimentos ou que tenham celebrado Contrato de Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado nas áreas de DISTRITO INDUSTRIAL, geridos pelo CIS e pela SUDIC, pelo serviço de administração dos distritos industriais, englobando a execução, a manutenção, a conservação e a gestão da infraestrutura e do funcionamento deste.	R\$ 0,09 por m² de área ocupada (Ver notas 1, 2, 3 e 4 no final deste item)
Nota 1: Para os contribuintes a seguir indicados, o valor da taxa prevista no item 9 corresponderá aos seguintes percentuais, caso o pagamento ocorra no prazo regulamentar: a) Microempresa que possua estabelecimento ou que tenha celebrado Contrato de Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS: 30% do valor previsto na área industrial de sua localização; b) Empresa de pequeno porte que possua estabelecimento ou que tenha celebrado Contrato de Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS: 50% do valor previsto na área industrial de sua localização. Nota 2: Deverão ser observados os seguintes limites para pagamento da taxa mensal prevista no item 9: a) As pessoas jurídicas que possuam estabelecimentos ou que tenham celebrado Contrato de			

Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado no Polo Industrial de Camaçari (PIC) ou no Centro Industrial de Aratu (CIA), o limite de pagamento mensal será de R\$ 50.000,00;

b) As pessoas jurídicas que possuam estabelecimentos ou que tenham celebrado Contrato de Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado no Centro Industrial do Subaé (CIS), o limite de pagamento mensal será de R\$ 10.000,00;

c) As pessoas jurídicas que possuam estabelecimentos ou que tenham celebrado Contrato de Compra e Venda, Contrato de Concessão ou Contrato de Comodato de imóvel localizado nos demais distritos industriais geridos pela SUDIC, o limite de pagamento mensal será de R\$ 5.000,00.

Nota 3: O valor por m² de área ocupada para cada distrito industrial individualmente considerado poderá ser revisto por Decreto, por iniciativa motivada do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC - FUNEDIC, cuja revisão se dará no mês de abril de cada ano.

Nota 4: O valor por m² será sempre calculado considerando-se a área total do imóvel, não incidindo nova cobrança quando houver sub-locação de parte da área já tributada.

”

Art. 2º - O *caput* do art. 1º da Lei nº 8.647, de 29 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** - O Programa Estadual de Organizações Sociais tem o objetivo de fomentar a absorção, pelas Organizações Sociais constituídas na forma desta Lei, de atividades e de serviços de interesse público atinentes ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e institucional, à proteção e à preservação do meio ambiente, ao fomento econômico, bem como à saúde, ao trabalho, à ação social, à cultura e ao desporto e à agropecuária, tendo como diretrizes básicas:
.....” (NR)

Art. 3º - A Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial - SUDIC e o Centro Industrial do Subaé - CIS ficam autorizados a transferir aos municípios, às entidades associativas ou similares, mediante Acordo de Cooperação, e às Organizações Sociais qualificadas na forma da lei que celebrarem o contrato regido pela Lei nº 8.647, de 29 de julho de 2003, a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e o funcionamento destas áreas.

Parágrafo único - A SUDIC e o CIS ficam autorizados a celebrar contrato de Parceria Público-Privada para a gestão dos distritos industriais, com a finalidade de executar, manter, conservar e administrar a infraestrutura e o funcionamento destas áreas, na forma da Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 4º - Fica acrescido o § 2º ao art. 5º, renumerando-se o seu parágrafo único para o § 1º, e o inciso IX ao *caput* do art. 6º, todos da Lei nº 13.462, de 10 de dezembro de 2015, com as seguintes redações:

“**Art. 5º** -
.....

§ 2º - As receitas previstas no item “9” do Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, seus respectivos saldos de exercícios anteriores e o correspondente produto de remuneração oriundo de aplicações financeiras, serão destinados ao custeio dos serviços prestados no Distrito Industrial de que provieram.”

Art. 6º -
.....

IX - 02 (dois) representantes das entidades associativas das pessoas jurídicas localizadas nas áreas dos distritos industriais da Bahia geridos pela SUDIC e pelo CIS.
.....”

Art. 5º - A taxa prevista no “item 9” do Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, introduzido pela Lei nº 13.462, de 10 de dezembro de 2015, será devida a partir da data da vigência desta Lei, não sendo exigível qualquer valor anterior a esta data.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2016.

Deputado Alex Lima
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto é o projeto de lei nº 21.943/2016, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, bem como dispositivos da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, na forma que indica.

Em votação no plenário, já foi votado na comissão hoje pela manhã. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.943/2016

Altera a estrutura remuneratória das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, bem como dispositivos da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, na forma que indica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Os servidores ocupantes de cargos das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio posicionados no Grau I dos Padrões P, E, M e D passam a compor Quadro Especial.

§ 1º - Os cargos referidos no *caput* deste artigo serão extintos à medida que vagarem.

§ 2º - Os vencimentos básicos dos cargos de Professor e Coordenador Pedagógico posicionados no Quadro Especial, observado o regime de trabalho, são os constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - O *caput* do art. 3º e o art. 4º da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, passam a vigorar com as seguintes redações:

“**Art. 3º** - Os cargos mencionados no art. 1º desta Lei passam a ser estruturados nos Padrões P, E, M e D, de acordo com a titulação, compreendendo 10 (dez) Graus em cada padrão, da seguinte forma:

.....”(NR)

“**Art. 4º** - O ingresso na carreira do Magistério Público Estadual do Ensino Fundamental e Médio, nos cargos de Professor e de Coordenador Pedagógico, dar-se-á no Padrão P e Grau IA, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.”(NR)

Art. 3º - Ficam asseguradas aos atuais ocupantes de cargos das Carreiras de Professor e Coordenador Pedagógico do Magistério Público do Ensino Fundamental

e Médio posicionados no Grau I dos Padrões P, E, M e D, a promoção para o grau imediatamente seguinte, dentro do mesmo padrão, e a progressão por avanço vertical para o padrão correspondente à qualificação obtida, conforme o disposto em legislação específica.

Art. 4º - Os vencimentos dos cargos de Professor e Coordenador Pedagógico, observado o regime de trabalho, passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2016.

Deputado Bira Corôa
Relator

ANEXO I
PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO - GRAU I
QUADRO ESPECIAL
TABELA DE VENCIMENTOS (EM R\$)

PADRÃO	REGIME	VENCIMENTO
P	20h	990,06
	40h	1.980,12
E	20h	1.161,57
	40h	2.323,14
M	20h	1.386,90
	40h	2.773,80
D	20h	1.650,44
	40h	3.300,88

ANEXO II
MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
TABELA DE VENCIMENTOS (EM R\$)

CARGOS	PADRÃO	REGIME	GRAU									
			IA	II	IIA	III	IIIA	IV	IVA	V	VI	VII
PROFESSOR E COORDENADOR PEDAGÓGICO	P	20h	1.072,68	1.140,46	1.223,33	1.306,19	1.400,49	1.494,79	1.602,72	1.710,65	1.957,63	2.240,33
		40h	2.145,36	2.280,92	2.446,66	2.612,38	2.800,98	2.989,58	3.205,44	3.421,30	3.915,26	4.480,66
	E	20h	1.270,03	1.361,09	1.457,72	1.554,33	1.673,29	1.792,26	1.913,94	2.035,64	2.338,25	2.666,00
		40h	2.540,06	2.722,18	2.915,44	3.108,66	3.346,58	3.584,52	3.827,88	4.071,28	4.676,50	5.332,00
	M	20h	1.513,69	1.619,69	1.734,67	1.849,66	1.991,23	2.132,77	2.277,61	2.422,43	2.782,49	3.172,52
		40h	3.027,38	3.239,38	3.469,34	3.699,32	3.982,46	4.265,54	4.555,22	4.844,86	5.564,98	6.345,04

	D	20h	1.801,29	1.927,42	2.064,27	2.201,09	2.369,55	2.537,99	2.710,32	2.882,67	3.311,13	3.775,30
		40h	3.602,58	3.854,84	4.128,54	4.402,18	4.739,10	5.075,98	5.420,64	5.765,34	6.622,26	7.550,60

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, já que votamos aqui agora mais dois projetos de lei de iniciativa do governo do Estado, quero insistir com V.Ex^a para que tenhamos notícias dos projetos de iniciativa dos deputados, porque desde dezembro do ano passado ainda não retornaram a esta Casa. Já decorreu o prazo regimental que o governador tinha para sancionar, vetar ou devolver. Faço um apelo a V.Ex^a para que, definitivamente, tome as providências que tenha que tomar sob pena de nós deputados tomarmos alguma posição buscando o apoio do Poder Judiciário para que esclareça o que está acontecendo com os nossos projetos de lei.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a tem toda razão. Semana passada conversei com o governador Rui Costa e pode ter certeza de que até a próxima segunda-feira esses projetos estarão aqui. Se não estiverem, adotarei as providências necessárias e cabíveis conforme a Constituição do Estado. V.Ex^a tem toda razão, vou cobrar mais uma vez do governo do Estado.

Há um requerimento assinado pelo Líder do Governo e Líder da Minoria que dispensa as formalidades para votação do (lê) *“Projeto de Resolução nº 2.422/2016, de autoria da Dep. Fabíola Mansur, que cria o Memorial Revolta dos Búzios na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e dá outras providências.”*

Faltam os pareceres das comissões pertinentes, que são: Comissão de Constituição e Justiça, Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo o deputado Bira Corôa para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Bira Corôa para relatar a matéria.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, permitam-me quebrar o protocolo para, mais uma vez, saudar os professores aqui presentes pela grande vitória no dia de hoje.

(Lê) *“Projeto de Resolução nº 2.422/2016 - Cria o Memorial Revolta dos Búzios na Assembleia Legislativa da Bahia e dá outras providências.*

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Fica criado, na estrutura administrativa da Assembleia legislativa, o “Memorial Revolta dos Búzios”, como espaço para celebração, visitação, registro, guarda de documentos, manuscritos e audiovisuais, relativos ao movimento social e político que culminaram com o assassinato dos heróis: João de Deus, Lucas Dantas,

Manoel Faustino e Luiz Gonzaga que lutaram pela independência do Brasil, sustentando a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade para o nosso povo.

Art. 2º - Para efeito de estruturação do memorial de que trata o artigo anterior, o Presidente da Assembleia Legislativa, através dos seus órgãos auxiliares, destinará o espaço reservado à sua instalação de forma a facilitar o acesso público, bem como à realização de eventos afetos ao tema objeto deste memorial.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de orçamento próprio desta Casa Legislativa que adotará os ajustes devidos.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sr. Presidente, não havendo nada em contrário, opino pela aprovação dessa matéria por reconhecer que esta Casa, neste exato ato, faz justiça e inclui na história e nos anais da história da Bahia a marca dos verdadeiros heróis que identificam o povo negro e a contribuição negra para a construção dessa sociedade igualitária que todos nós acreditamos.

Viva a Assembleia Legislativa votando este projeto!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Bira Corôa no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Sra. Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, quero efetivamente agradecer a esta Casa e ao nobre deputado Bira Corôa pelo reconhecimento da necessidade de termos, deputado Rosemberg Pinto, um Memorial da Revolta dos Búzios. Os primeiros deputados baianos que lutaram pela independência, pela democracia, com os ideais da Revolução Francesa, heróis negros que estão inclusive inscritos no livro nacional, são eles que já foram citados, João, Manoel, Lucas e Luiz.

Peço que quando tivermos esse memorial, Sr. Presidente, que é nesta Casa o reconhecimento da importância pela luta e pela igualdade de combate ao racismo, possamos trazer os autos da devassa, todos os documentos que hoje se encontram no arquivo público para fazer uma exaltação nesta Casa dos heróis baianos, que são os verdadeiros heróis nacionais, negros que foram mortos, esquartejados, mas jamais esses ideais foram efetivamente do povo baiano suprimido. Que sirva de exemplo para o povo que visita esta Casa, dos primeiros deputados baianos e o ideário que pautou as suas lutas que hoje são necessárias.

Muito obrigada, deputado Bira Corôa pelo seu parecer, obrigada aos deputados desta Casa pela aprovação do nosso projeto de resolução.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, quero aqui, neste momento, também em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, demonstrar a nossa alegria em ter sido aprovado aqui nesta Casa esse Memorial, de autoria da deputada Fabíola Mansur, que sem dúvida alguma reconstitui uma ideia, primeiro da nossa reidentificação da sociedade brasileira. Isso não é só uma demonstração da luta pela liberdade, pela autonomia, mas também a luta pela construção definitiva da reidentificação da formação da nossa sociedade baiana e brasileira, deputada Fabíola Mansur. Porque a história é sempre contada pelo viés do lado europeu, é preciso ser contada pelo lado indígena, pelo lado africano e isso traz para nós uma grande felicidade, que esta Casa aprove à unanimidade aqui esse Memorial que, sem dúvida alguma, dignifica muito a sociedade e os parlamentares baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o projeto de resolução da nobre deputada Fabíola Mansur, nº 2.422/2016 que cira o Memorial Revolta dos Búzios na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Em votação no Plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado por unanimidade, o Projeto de Resolução nº 2.422/2016. **(Publicado no Diário Eletrônico do Legislativo em 02/03/2016).**

Há um requerimento assinado pelo deputado Zé Neto que requer (lê) “*nos termos do Artigo 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei 21.996/2016, de autoria do Poder Executivo que altera a Lei nº 11.361, de 20 de janeiro de 2009, e dá outras providências.*”

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.